



INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESPORTE EDUCACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Danilo Peruchi de Freitas
Graciele Massoli Rodrigues

Universidade São Judas Tadeu – Brasil

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar os pressupostos inclusivos inseridos no programa de esporte educacional na Associação Cristã de Moços de São Paulo e verificar a estrutura do programa com relação ao acesso ao esporte educacional para pessoas com deficiência. A pesquisa teve os dados obtidos por meio de análise documental e entrevistas semi-estruturadas com 14 gestores de unidades, gestor de esporte e gestor nacional da instituição de 12 unidades de atendimento esportivo da Associação Cristã de Moços de São Paulo. Os resultados apontam para necessidade de um olhar inclusivo na instituição que pode ser iniciado com a diminuição das barreiras arquitetônicas, aprimoramento da capacitação profissional, implantação de avaliações constantes que sustente e ampare as ações afirmativas, uma vez que atender a todos está na gênese da instituição.

Palavras-chave: inclusão; gestão esportiva; programas esportivos.

INTRODUÇÃO

Falar sobre inclusão é calçar o pensamento nas oportunidades expostas na sociedade, independentemente de cada característica, de cada indivíduo e/ou grupo social, pois esse pressuposto é sustentado na filosofia, que reconhece e legitima a diversidade na vida em sociedade, conforme Aranha (2000). Como desdobramento dessa posição, vemos que as questões da exclusão social e as ações que favorecem o processo inclusivo ganham forças na medida em que entendemos que todas as pessoas são parte integrante de nossa sociedade e, como tal, devem ter os seus direitos respeitados e, sobretudo, devem receber condições de se desenvolverem de forma plena e integral. Nossas discussões permeiam o universo da inclusão das pessoas com deficiência em uma sociedade que ainda necessita de diversas transfor-

mações, mas entendemos que o processo é muito mais amplo e envolve diversos grupos que, de alguma maneira, ainda não são plenamente contemplados.

Moreira (2006) destaca que um dos grandes desafios para a sociedade moderna é o trabalho com foco nas questões referentes à inclusão social em nosso país, uma vez que, devido a uma série de razões históricas, houve um latente acúmulo no conjunto de desigualdades sociais, sobretudo em aspectos como distribuição de riquezas, terras, acesso a bens materiais e culturais e aprimoramento do conhecimento. A inclusão nesse contexto pode ser entendida como “a ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas [...] oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens” (MOREIRA, 2006, p. 11).

Podemos perceber as preocupações voltadas às questões inclusivas em afirmações há mais de 20 anos, como a de Mantoan (1997, p. 137), que ressalta que o processo de inclusão perpassa pela “modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais desenvolver-se e exercer a cidadania”. Aranha (2000, p. 4) afirma que a inclusão pode ser compreendida como o processo de acesso imediato e contínuo garantido à pessoa com deficiência aos espaços comuns da vida social, independentemente do tipo e grau de deficiência apresentada pelo indivíduo. Para Cidade (2006), cada pessoa possui uma posição única frente às relações sociais, nas quais cada indivíduo acaba sendo inserido em um contexto de grupos sociais já existentes antes dele, fazendo com que a formação individual de cada pessoa dependa das estruturas de relações humanas em um determinado padrão social.

Diniz et al. (2009) apontam que a exclusão existente na sociedade não é algo natural ou predeterminado, mas é uma problemática evidenciada pela cultura da normalidade, levando os impedimentos corporais como objetos à vida social. Assim, vemos que a sociedade moderna apresenta características clássicas das condições de segregação, pois fica evidente que as possibilidades de estabelecer condições de vida e relações sociais ficam limitadas às características que a população apresenta em comum, de modo que as diferenças não são contempladas, deixando ainda mais claro as condições exclusivas. Isso ocorre porque, segundo Duarte e Santos (2003), alguns preceitos não são respeitados, como: o respeito ao outro, considerando sua origem social, seus hábitos e as próprias características como um ser humano diferente, bem como as questões do diálogo, que está inserido em qualquer tipo de relação humana.

Vemos que, frente às relações sociais, todas as questões que fogem daquilo que é caracterizado como condições comuns acabam sendo colocadas às margens das discussões e, por sua vez, ficam distantes do olhar da transformação e das mudanças

necessárias para alterar as condições de exclusão. Nesse sentido, Oliveira e Rodrigues (2006) apontam que, para que haja inclusão, é necessário que a pessoa considerada diferente integre ou faça parte de um grupo que deverá sofrer transformações e adaptações a fim de aceitar a diversidade que emerge das diferenças entre cada um dos indivíduos. É possível evidenciar a necessidade existente das transformações sociais para que as pessoas com deficiência possam se desenvolver como indivíduos, pois as condições de exclusão social são, em sua essência, um grande facilitador para o não desenvolvimento das potencialidades de cada sujeito.

Melo et al. (2017) relata que as mudanças legais ocorridas ao longo dos anos proporcionaram um aumento das oportunidades, contudo, não são suficientes para a garantia de um espaço e uma sociedade inclusiva, pois é necessário que as políticas públicas e instrumentos políticos para investimentos em infraestrutura nas diversas áreas sejam postas em prática e possibilite o acesso a todos na sociedade.

A Lei de Acessibilidade (BRASIL, 2000), Capítulo II, Art. 3º, aponta que o planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso comum a todos deverão ser concebidos e construídos de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Vê-se que o suporte legal sustenta a necessidade de adequar todas as estruturas para que sejam minimizadas as limitações em relação às barreiras arquitetônicas e atitudinais. Segundo Rodrigues (2008), os ambientes inclusivos devem ter como um dos eixos derrubar as barreiras que impedem o acesso das pessoas com deficiência e seguir os moldes da legislação, adaptando e reconstruindo as condições de acessibilidade, o que, de fato, favoreceria o ingresso e a manutenção da permanência dessas pessoas nas mais diversas atividades.

Contudo, romper com as barreiras de acesso é muito mais do que apenas fornecer condições de ambientes adaptados. Reis et al. (2010), Lima (2011) e Stelmachuk e Mazzotta (2012) apontam que ainda há profissionais de Educação Física que apresentam dificuldades em atender as pessoas com deficiência no trabalho inclusivo, colocando em evidência o processo de formação como uma lacuna nos conhecimentos referentes à deficiência, bem como ao que se refere à atuação profissional com esse público. Ferreira, Prado e Cadavieco (2015, p.10) afirmam que “A inclusão implica reconhecer que os alunos não estão todos ao mesmo nível da aprendizagem, que apresentam diferentes pontos de partida e realizam percursos de aprendizagem distintos” o que pode trazer um desconforto aos profissionais que atuam com base na homogeneidade de público.

Direcionando as considerações para o ambiente esportivo, Costa e Winckler (2012) comentam que muitas vezes esse espaço é cenário para técnicos que possuem experiências apenas de vivências como atletas, de modo que, no esporte, para

pessoas com deficiência, isso também pode ocorrer, podendo acarretar em comprometimento da saúde, desempenho e exclusão social. Pedrinelli e Nabeiro (2012) colocam que, nesse contexto, o professor ou técnico deve assegurar reciprocidade, equilíbrio de poder e afetividade entre os atletas, pois estão em constantes mudanças e sofrendo influências diretas do meio em que estão inseridos. Nesse sentido, proporcionar uma prática em que haja a possibilidade de desenvolver e construir relações de desenvolvimento mútuo e aprendizado pode ser um fator de fundamental importância para o sucesso de um programa esportivo.

Temos clareza de que existem diferentes enfoques no campo esportivo, mas destacamos que o esporte pode ser um grande facilitador da vida humana quando pensamos na busca pela qualidade de vida em todos os segmentos da sociedade, como destacam Paes e Balbino (2009). Para Costa e Winckler (2012), o esporte educativo tem como eixo principal o processo de ensino-aprendizagem, como um canal para as possibilidades de movimento ou interação com o meio e deve viabilizar o acesso às pessoas com deficiência a novos contextos de inserção que um dia foi limitado. Esse modelo esportivo, quando bem trabalhado, segundo Sanches e Rubio (2011), pode ser caracterizado como ferramenta de grande intervenção e desenvolvimento psicossocial, além das contribuições físicas e sociais para seus praticantes.

Sendo assim, nos possibilita traçar uma relação direta com as principais características de afastamento das pessoas com deficiência do círculo social, pois, como citado anteriormente, vemos um processo excludente, muitas vezes extremamente exigente, que eleva as relações sociais à competitividade extrema, valorizando apenas os melhores resultados e deixando de lado o processo, o contexto e as condições individuais diferenciadas. Mas, para Sanches e Rúbio (2011), se essa prática for conduzida conforme as diretrizes da educação pelo esporte, ela será um excelente veículo de contribuição para o desenvolvimento saudável do praticante.

Silva e Rodrigues (2009) afirmam que o processo para que a inclusão e o esporte caminhem juntos ainda é muito longo e, para isso, existe a necessidade de refletir sobre as ações a fim de iniciar a reorganização dos setores envolvidos nesse processo. Para que novas medidas sejam tomadas objetivando o planejamento de programas que atendam essa demanda populacional, faz-se necessário avaliar as condições do atendimento desse público, pois, para Araújo (1997), a prática esportiva para pessoas com deficiência necessita do envolvimento do governo e da sociedade, haja vista o fato de que essa prática é associada a um grupo que é contrário aos moldes elitistas sociais. Ainda segundo os autores, não há interesse da iniciativa privada nessa prática, pois as chances de retorno são remotas. Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2010) afirma que é necessário que exista uma parceria e colaboração entre Estado e o movimento associativo para que, sem prejuízos

das competências próprias de cada um, seja possível encontrar caminhos que possibilitem tornar a população mais ativa e saudável.

A partir dessas exposições, podemos evidenciar que as propostas e os programas com o objetivo de incluir as pessoas com deficiência nas práticas esportivas, recreativas, educacionais ou de alto rendimento são fundamentalmente importantes para que todos tenham a possibilidade de acesso ao ambiente esportivo e possam desfrutar dos benefícios que essa atividade poderá proporcionar. Contudo, é necessário verificar se as ações esportivas têm se configurado em espaços também inclusivos, visto que a prática esportiva deve ser ofertada a todos. A construção de um bom programa, por si só, não é suficiente para que todos sejam contemplados, mas, segundo Tejero et al. (2012), um modelo de prática esportiva inclusiva pode instigar uma mudança positiva em relação às pessoas com deficiência. Ala-Harja e Helgason (2014) afirmam que a ampla apresentação dos resultados de um programa por meio de sua avaliação aumenta a credibilidade e estimula as tomadas de decisões com base nos resultados.

Ao encontro dessas considerações, Carreiro, Rangel e Darido (2007) apontam que a avaliação é de extrema importância, pois os documentos gerados por meio da avaliação criam uma espécie de memória do que foi produzido, facilitando a construção de novas propostas, melhorias para projetos futuros e ainda aponta benefícios gerados pelas atividades e seus pontos positivos e negativos. Com isso, emergem questionamentos visualizando uma das maiores instituições esportivas do Brasil, a Associação Cristã de Moços (ACM) de São Paulo, que possui um programa de atividade esportiva educacional: Esse programa é inclusivo para pessoas com deficiência? O esporte na ACM São Paulo apresenta características de segregação? O programa com foco no esporte educacional esbarra na problemática do acesso para pessoas com deficiência? Há perspectivas de planejamento para o atendimento inclusivo da pessoa com deficiência nos espaços de atividades esportivas da ACM de São Paulo?

Essas questões nortearam os objetivos de uma pesquisa que foram: analisar os pressupostos inclusivos inseridos no programa de esporte educacional na Associação Cristã de Moços de São Paulo e verificar a estrutura do programa com relação ao acesso ao esporte educacional para pessoas com deficiência.

MÉTODOS

Este estudo apresentou característica descritiva qualitativa com cunho exploratório e documental com apoio metodológico de Thomas e Nelson (2002) no modelo de estudo de caso. A amostragem teve caráter não probabilístico e foi extraída do universo das atividades esportivas oferecidas pela Associação Cristã de

Moços de São Paulo (ACM). Fizeram parte do estudo as 12 unidades esportivas da ACM representadas por seus gestores esportivos, o gestor responsável por todas as unidades e o gestor nacional, totalizando 14 entrevistas e 12 participantes, pois dois deles acumulavam funções dentro do organograma da instituição. Os participantes foram entrevistados a partir de um roteiro semiestruturado com questões abertas, sendo um roteiro específico para os gestores locais das unidades esportivas, um para o gestor estadual que responde por todas as unidades da instituição no estado de São Paulo e outro, para o gestor nacional. As entrevistas foram transcritas e as análises foram realizadas por meio da proposta de Bardin (2011).

Para a pesquisa documental, foi requisitada à instituição a documentação da proposta/programa na qual constasse as diretrizes norteadoras da instituição. Para cada unidade foi solicitada ainda a proposta esportiva local. O instrumento CIPP (Contexto, Insumo, Processo e Produto), sugerido por Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) foi a base das categorias para análise.

Com relação aos aspectos éticos o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade São Judas Tadeu, sob o CAAE de n. 15622213.3.0000.0089, para atender às determinações contidas na Resolução CNS n. 466/12.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização da coleta de dados por meio das análises documentais, recebemos a autorização para acessar o acervo histórico da instituição. Durante três semanas, foram levantados diversos registros documentais desde a fundação da Associação Cristã de Moços de São Paulo até os dias de hoje. Os documentos estavam organizados em caixas numeradas e pelos departamentos a que cada informação correspondia. Entre os principais conteúdos estavam os registros da área de *marketing*, os quais continham informações referentes sobre as divulgações dos trabalhos Acemistas em jornais e revistas, materiais de divulgação dos trabalhos históricos realizados pela instituição, tais como participação em Guerras Mundiais, ações de auxílio a comunidade, atividades de recreação, entre outros. Nos registros referentes à secretaria geral, foi possível encontrar documentos sobre ações de expansão e crescimento do movimento Acemista e planos de ações para os anos subsequentes. Nos registros sobre o departamento de programa (departamento que engloba a prática esportiva), encontramos registros sobre o desenvolvimento das práticas de diversas atividades físicas ao longo da constituição da instituição. Foram analisados ainda o livro do centenário da instituição e o estatuto vigente.

Em relação às coletas de dados referentes aos gestores locais, as entrevistas foram previamente agendadas e, na data e local marcados, fizemos os registros por

meio da gravação das informações concedidas pelos participantes e, posteriormente, essas informações foram transcritas e analisadas por meio do método proposto para esse estudo. Todos os participantes foram devidamente orientados sobre o conteúdo das entrevistas e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, de forma que estavam todos cientes a respeito dos objetivos desse estudo. Todas as entrevistas foram realizadas de forma individual para que não houvesse interferência uma sobre as outras. A partir de então, traçamos as análises das informações. Vale ressaltar que, para essa coleta de dados, um dos gestores participou duas vezes, pois era responsável por duas unidades esportivas.

Assim como as entrevistas dos gestores de unidades, as entrevistas com o gestor geral e o gestor nacional aconteceram seguindo o mesmo padrão, sendo previamente agendadas. Na data e local marcados, realizamos a coleta de dados por meio das entrevistas que foram construídas com foco na função específica de cada gestor, buscando extrair o máximo de informações possíveis a respeito do tema abordado nesse estudo. Especificamente para o gestor geral, realizamos duas entrevistas, uma vez que ele responde pelo programa de esporte da instituição e também acumula a função de gestor de unidade. Visando minimizar as interferências que uma entrevista poderia causar sobre outra, as coletas foram realizadas com exatamente uma semana de intervalo entre uma e outra. Com relação ao gestor nacional, buscamos informações a respeito da relação entre a federação brasileira das ACMs e as instituições afiliadas sobre as práticas esportivas e a questão da participação de pessoas com deficiência nos diversos movimentos Acemistas difundidos pelo país. Por meio desse contexto, construímos nossas análises.

Análise documental

Durante as análises documentais, buscamos encontrar informações que nos levassem às práticas esportivas oferecidas pela Associação Cristã de Moços (ACM) e também verificar se, em algum momento, a instituição apresentava informações referentes ao processo inclusivo na prática esportiva.

A Associação Cristã de Moços é uma instituição internacional, fundada em Londres no ano de 1844, com valores cristãos que não apresentava o foco em atividades esportivas. Seu primeiro documento oficial foi a Base de Paris (Paris, 1855), documento que objetivava unificar a ideologia da instituição que se difundia pelo mundo. Nesse documento, consta que as ACMs buscavam unir os jovens de todo o mundo, que, firmados na fé cristã, buscassem expandir o reino de Jesus Cristo na Terra. Complementando a Base de Paris, outro documento foi criado pela instituição. A Declaração de Kampala – Uganda (1973) é considerada uma revisão da Base de Paris e acrescenta que alguns elementos são importantes para a ampliação das ações

da instituição, como: trabalhar para que todos tenham oportunidades iguais e exista justiça para todos; trabalhar para obter e manter um ambiente onde o relacionamento entre as pessoas se caracterize pelo amor e pela compreensão; trabalhar para o desenvolvimento integral do ser humano.

Ainda no cenário internacional da instituição, outro documento de fundamental importância é o Desafio 21 – Frenchen (1998). Esse documento pauta os caminhos e projetos da ACM no plano global e foi uma revisão dos princípios estabelecidos na Base de Paris. Ele reafirma os valores iniciais da ACM e transmite de forma clara as maneiras de colocar em prática as aspirações da instituição. Entre os elementos que compõem o Desafio 21 e para os fins deste estudo, destacam-se as seguintes ações: comprometer-se a trabalhar em solidariedade com os pobres, despojados, desarraigados e minorias raciais, religiosas e étnicas oprimidas; estimular o diálogo e a parceria entre as pessoas de diferentes credos e ideologias e reconhecer as peculiaridades culturais das pessoas, promovendo a ampliação dos seus horizontes culturais; propiciar condições para que todos, especialmente jovens e mulheres, assumam mais responsabilidades e liderança em todos os níveis e trabalhar em prol de uma sociedade mais justa.

Nota-se que ao passar dos anos houve uma evolução no entendimento das ações ofertadas pela instituição. A ACM em âmbito mundial deixa de ser apenas uma instituição que buscava um crescimento cristão para ser uma entidade que atende uma demanda populacional sem discriminação ou preconceito, sem deixar de lado seu objetivo de fundação. Embora os documentos não mencionem especificamente as questões relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência, é possível verificar, sobretudo na Declaração de Kampala e no Desafio 21, a preocupação de que tenhamos uma sociedade mais justa e com a possibilidade de desenvolvimento integral do ser humano. Quando pensamos no processo inclusivo, vemos que entre esse período da criação dos documentos as questões referentes à inclusão das pessoas com deficiência tomavam grandes proporções, pois, segundo Rossetto (2004), o ano de 1981 é um grande marco da inclusão, declarado como o ano da Pessoa com deficiência e entre 1983-1992 foi declarada nas Nações Unidas a década da pessoa com deficiência. Não existem evidências de uma relação direta entre os documentos e o momento histórico pelo qual passava a sociedade, entretanto, as evoluções nos remetem a esse pensamento, uma vez que os objetivos dos documentos nos permitem observar o trabalho para minorias e pessoas à margem da sociedade.

Pudemos evidenciar que as atividades oferecidas pela ACM em São Paulo datam de 1902, mesmo ano em que a instituição foi fundada, entretanto, devido às limitações físicas de sua estrutura, não é possível identificar exatamente quando a prática esportiva se instaurou na instituição, mas é possível identificar, por meio dos registros

dos arquivos de programa e também por meio do livro do centenário, que essas atividades estão entre a data de fundação e 1906, ano em que aparecem registros da prática do então *Foot-ball* na instituição. Até esse período, está registrada a prática de atividades como palestras, aulas, comemorações, sessões de orações, leituras e estudos bíblicos, saraus literários e programas recreativos.

Outras informações coletadas nos dão a dimensão da proposta de atendimento ofertada pela ACM. O estatuto da Associação Cristã de Moços deixa claro que podem ser associados das unidades pessoas de ambos os sexos, sem qualquer distinção de origem e raça, seja qual for sua nacionalidade, posição social, profissão ou crença religiosa. Assim, mais uma vez, fica evidente que a instituição busca atender todas as pessoas, tentando limitar os fatores de exclusão e permitindo o acesso incondicional a qualquer sujeito que tenha o interesse em fazer parte da instituição como associado. Esse posicionamento da instituição frente às diversas diferenças sociais é relevante, uma vez que “a inclusão social traz em seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação entre pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade” (MACIEL, 2000, p. 56). Entendemos que essa equiparação de oportunidades fortalece o direito à igualdade, que, segundo Resende (2008) é tido como regra de equilíbrio entre as pessoas que têm e as que não têm uma deficiência, uma vez que determina a todos que todas as pessoas formam a população de um país, nesse caso, podendo ser compreendida como a população de associados de uma mesma entidade.

Pela análise dos planos de ações anuais, registrados entre 1987 e 2009, foi perceptível a preocupação com os recursos oferecidos pela instituição aos seus associados, dos quais destacamos as instalações físicas e a formação profissional. Em relação às instalações, são levantados pontos como as melhorias na estrutura física das unidades, como aquecedores de piscina, iluminação, salas de condicionamento físico, entre outros, mas sem ações voltadas para a viabilização da entrada da pessoa com deficiência na associação. Esses mesmos documentos alertam para a necessidade de um aprimoramento e uma capacitação de seus profissionais, visando a melhora no atendimento oferecido sem menção às ofertas para pessoas com deficiência.

Por fim, a missão atual da Associação Cristã de Moços é: fortalecer pessoas, famílias e comunidades. Vemos aqui uma possível articulação com o processo inclusivo, sobretudo pelo fato de que esse processo, segundo Maciel (2000), Brumer, Pavei e Moceun (2004), Quintão (2005), Moreira (2006), Pacheco e Alves (2007) e França e Pagliuca (2009), a inclusão passa por uma modificação social e a inclusão fortalece o desenvolvimento das comunidades, das sociedades, na qual estão atrelados à participação da família, citados por Rodrigues e Freitas (2012) como fator fundamental para o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Especificamente

sobre a prática de atividades física inclusivas no interior das unidades da Associação Cristã de Moços, não encontramos nenhum registro que relata tal prática, apenas encontramos, no ano de 1991, registros de jornais onde relatavam a divulgação de cursos de mergulhos para pessoas com deficiência realizados na instituição. Ademais, nada foi encontrado.

Análise dos gestores de unidade

Assim como descrito na metodologia deste estudo, as entrevistas foram transcritas e as análises foram realizadas com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). As categorias foram calçadas com base no CIPP (Contexto, Insumo, Processo e Produto) e trouxeram à luz o *Atendimento no Esporte; Preconceito; Capacitação, Planejamento e Avaliação; e Estratégia de Ação*. Os participantes receberam códigos com letras (P) e números que foram atribuídos seguindo apenas a ordem das entrevistas realizadas para que garantíssemos o anonimato.

Buscamos informações com os gestores sobre o número de associados nas respectivas unidades e se havia no quadro associativo pessoas com deficiência. Os gestores não souberam precisar o número de pessoas com deficiência nas suas unidades, mas afirmaram que em todas as unidades existem associados com alguma característica de deficiência.

Quanto à categoria de atendimento no esporte, por meio das entrevistas pudemos verificar que a ACM trabalha com a padronização das atividades esportivas que são planejadas por um corpo técnico e posteriormente encaminhadas para todas as unidades, de modo que todos possam seguir o mesmo padrão de desenvolvimento das ações propostas pela instituição. As atividades são divididas por faixa etária e contemplam crianças, jovens e adultos, e são adaptadas de acordo com o perfil do grupo. Parece clara a forma de trabalho desenvolvido pela instituição, uma vez que, na fala dos gestores, está bem discriminada a proposta de atendimento oferecida pela instituição. Não existe uma avaliação para verificar uma melhora de resultados ou evolução de algum quadro específico. A avaliação existente nas unidades é caracterizada pela Avaliação Física, que, segundo alguns gestores, “esse controle de melhora de desempenho ou resultado existe no processo da Avaliação Física e que é muito utilizado, 80, 90% destinado para a musculação” (P5) e “Não existe, a avaliação fica muito em função do professor que está a frente da atividade” (P2). Assim, podemos perceber que, em todo processo de transformação dentro da prática de atividades físicas, a participação do professor é fundamental, sobretudo no que tange às discussões sobre inclusão, uma vez que “a construção de um professor inclusivo na área de Educação Física não é uma tarefa muito fácil, pois está

intrinsecamente ligada a vários pressupostos que instigam a busca pela mudança e a aceitação do novo [...]” (SOUZA; MARTINS, 2013, p. 289).

Não existe nenhuma ação específica e estruturada para receber as pessoas com deficiência. Especificamente sobre esse questionamento, os gestores levaram pontos importantes a serem salientados, como a questão da reestruturação: “Não existe um plano estratégico para que se trabalhe essa inclusão. O que hoje está acontecendo nesta unidade é que está acontecendo uma readequação da acessibilidade” (P2). Também identificamos que as atividades desenvolvidas na ACM têm o foco no desenvolvimento do grupo: “Não, plano específico para isso não existe. O que existe é um trabalho da ACM São Paulo assim, de incluir o portador de deficiência dentro de uma atividade que é comum a todos” (P4), pois o atendimento é feito sem diferenciação: “A gente segue algumas políticas dentro da instituição, então não tem isso claro, na ACM você recebe qualquer pessoa. Não tem um processo diferenciado, é igual pra todo mundo” (P7); “Temos que estar preparados para atender alguém com 100% de condição física e estarmos preparados para atender alguém com condição física nenhuma nas atividades. Na nossa visão é muito claro de permitir a igualdade” (P5). Podemos perceber pelos discursos que alguns passos precisam ser dados rumo à construção de novos modelos de atendimento, pois, segundo Omote (2006), para atender às necessidades especiais de todas as pessoas, sem exceção, adaptações precisam ser feitas nos serviços destinados a usuários em geral.

Outro elemento que aparece em alguns relatos sobre o atendimento está relacionado à participação da pessoa com deficiência nos grupos de atividades. Afirmarções como “a gente procura saber se ele quer fazer um teste, se ele consegue assimilar juntamente com o grupo, junto com o professor. Se a gente ver que ele conseguiu tudo isso e a família também, a gente [...] é inserido” (P3) e “Se a criança, mesmo com deficiência, age de forma muito natural flui como se nada tivesse acontecido [...]” (P5). Por essas colocações, podemos avaliar que em algumas situações os fatores de inclusão acabam recaindo sobre a pessoa com deficiência, colocando-a como personagem principal responsável pelo processo inclusivo, mas, para Oliveira e Rodrigues (2006), as transformações e adaptações para receber as pessoas com deficiência devem acontecer com o grupo já existente.

Elementos que receberam um destaque maior por parte dos gestores de unidade estão ligados às barreiras enfrentadas para que tenhamos um ambiente inclusivo, dentre elas, as limitações físicas apresentadas pelas unidades e a capacitação profissional no acolhimento das pessoas com deficiência. Com relação às barreiras físicas, encontramos afirmações como: “A dificuldade maior e nesse sentido, a unidade estar preparada estruturalmente [...]” (P1); “Eu acho que o maior problema é o espaço físico” (P6); “Talvez, para ficar mais modernizada, questões de sinalizações [...]” (P7);

“[...] não é aquela estrutura adequada para os deficientes, então é complicado, hoje, é uma estrutura que não consegue atender um número maior” (P8); “Hoje o acesso pra um deficiente a nossa unidade consegue atender bem e a gente vai estar passando agora por uma reforma e, nessa reforma, um dos pontos que a gente levantou é exatamente esse” (P9). Verifica-se que é uma necessidade e uma realidade comum para a maioria das unidades esportivas da ACM e se mostram como fatores que dificultam as práticas esportivas para as pessoas com deficiência, indo ao encontro de Gorgatti e Gorgatti (2008), que salientam que a falta de instalações apropriadas para receber as pessoas com deficiência é um grande empecilho para a disseminação da prática esportiva.

Já em relação à capacitação profissional os discursos apontam para uma formação inicial que não ofereceu subsídios para que os profissionais tivessem condições de atuar com a inclusão e a necessidade de promover um aperfeiçoamento de suas competências. Assim, temos afirmações como: “Nós temos um espaço muito pequeno pra atividades com grupos especiais (na universidade). Então assim, uma matéria que ela é passada. Acredito que todas as faculdades devem passar, mas de forma muito rápida. Pra atender esse tipo de público você tem que ter uma capacitação muito maior, porque são muitas diferenças são muitas situações que você tem que saber lidar” (P10); “[...] capacitar seus profissionais para ai sim ter condições de ta podendo atender” (P1); “Com certeza nós não temos especificamente um profissional que entenda a fundo de como tratar com uma deficiência, de lidar com a deficiência” (P2); “[...] as pessoas tem que procurar estudar e se aperfeiçoar, mas talvez uma pós-graduação” (P9). Essa capacitação profissional torna-se necessária, uma vez que o professor é um elemento fundamental nesse processo, assumindo seu papel de mediador, assegurando a reciprocidade entre as pessoas, o equilíbrio e a afetividade entre os alunos, lidando com as mais diferentes situações que podem se desencadear através do fenômeno esporte (PEDRINELLI; NABEIRO, 2012; SILVA et al., 2013).

Ao analisarmos a categoria relacionada ao preconceito existente nas atividades ofertadas pela ACM, pudemos identificar que na maioria das vezes o ambiente interno é propício para o desenvolvimento de práticas inclusivas, pois foram poucos os relatos de situações que trouxeram expressos posicionamentos de estigma e preconceito. Esses aspectos apareceram quando discutimos se haviam situações de preconceito e ocorrências de interferência de atitudes preconceituosas nas atividades: “Eu acredito que não, eu acredito que isso é um dos grandes fatores positivos da ACM que de uma forma ou de outra ela tenta sempre trabalhar com a inclusão, não só da inclusão como nós estamos discutindo hoje, mas também da inclusão social” (P2); “Acho que as pessoas que frequentam a ACM estão preparadas e sabem

que dentro da ACM você pode ter os mais variados tipos de pessoas, pessoas com deficiência, pessoas com níveis sociais diferentes, cores diferentes, raças diferentes, religiões diferentes, então assim, acho que as pessoas na ACM lidam muito bem com as diferenças” (P4); “Não. A pessoa que tem dificuldade que já frequentam acham que são muito bem recebidas nunca vi nenhum caso de preconceito” (P10). Esses relatos demonstram mais uma vez que a inclusão parte de uma troca, na qual a sociedade se adapta juntamente com a pessoa com deficiência para que as situações de exclusão sejam minimizadas (CORDEIRO, 2010).

Outro fator importante levantado por meio das análises está ligado ao preconceito da pessoa com deficiência consigo própria, vista na afirmação de P8: “mas às vezes eu também vejo preconceito da própria pessoa. Ela já vem com aquela ideia de que as pessoas não vão incluí-las dentro do processo. Então ela já tem esse preconceito achando que ela não vai ser inclusa”. Isto posto, evidencia mais uma vez a necessidade de uma troca mútua entre as partes envolvidas no processo, para que de fato ele se concretize.

Para o último aspecto levantado com os gestores, buscamos informações sobre a existência de alguma avaliação sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiência na instituição e especificamente nas práticas esportivas. As respostas deixam claro que ainda não havia em nenhuma das unidades esportivas da ACM uma avaliação que apontasse qualquer informação a respeito da participação das pessoas com deficiência no programa de atividade física regular, tal como vemos nas falas que seguem: “Não, infelizmente nós não temos uma avaliação específica para esse caso” (P8); “Não existe uma avaliação específica para verificar o andamento do atendimento e da participação das pessoas com deficiência na ACM” (P11). “É como eu te disse, especificamente não existe” (P4).

Vianna e Lovisolo (2009) afirmam que conhecer a realidade local e as expectativas dos participantes deveria ser um elemento-chave para a otimização do processo de inclusão social por meio da educação física, do esporte e do lazer. Desse modo, percebemos que, para o sucesso de um programa específico, é necessário que saibamos e tenhamos conhecimento sobre o contexto em que determinada atividade está inserida, facilitando o aprimoramento do programa e do atendimento.

Esses relatos dos gestores de unidades acabam caminhando de encontro ao que diz Carreiro, Rangel e Darído (2007), em que o processo de avaliação torna-se fundamental a partir do momento em que oferece informações sobre o que está acontecendo e auxilia no desenvolvimento de novas propostas e ações, a fim de promover melhoras em determinados segmentos. Uma avaliação constante pode fortalecer as práticas esportivas de maneira geral e dar subsídios para que as propostas inclusivas ganhem força.

Análise do gestor geral

A fim de iniciarmos as análises das informações cedidas pelo gestor geral de esporte da ACM, buscamos informação sobre os princípios, objetivos e estruturação da prática esportiva da instituição, perfil do associado que busca o esporte da ACM, contato do profissional com essa realidade e relação entre o conhecimento profissional e o perfil da instituição, proposta das práticas esportivas com foco na inclusão, acesso das pessoas com deficiência e os caminhos para promover mudanças no programa já estabelecido.

Com relação aos princípios e objetivos da prática esportiva da ACM, mais uma vez é possível visualizar a participação de todos como ponto fundamental das atividades, além de um cuidado especial com a formação dos praticantes, sobretudo com crianças e jovens. “A gente acaba fazendo com que todos participem da mesma forma. A prática esportiva não tem o caráter de performance. A gente tem um modelo de padronização das atividades. Aspecto de formação mais intenso na faixa etária de crianças e jovens e recreativo para os adultos.” “O objetivo da ACM em relação ao esporte eu penso que seja a administração do grupo, o convívio do grupo, das pessoas, fazer com que elas convivam bem fazendo uma atividade física que seja o esporte de quadra.”

O posicionamento da instituição frente aos princípios e objetivos nos parece estar intimamente ligados ao processo de desenvolvimento da formação e do conhecimento das pessoas que ali estão, aprimorando o convívio e respeitando as diferenças, sejam elas quais forem. Tal posicionamento é citado por Neira (2009) quando afirma que esse processo de participação no esporte fortalece a cidadania e eleva o indivíduo à condição de sujeito no seu processo de ensino, capacitando-o para a participação na vida social, cultural e esportiva, o que significa não somente o desenvolvimento de competências técnicas, mas também de conhecimentos e convívio com os semelhantes. Isso acontecerá se os grupos forem submetidos a constantes incentivos ao diálogo para que os problemas sejam resolvidos da melhor maneira.

Com relação ao desenvolvimento das práticas esportivas da ACM, é possível observar uma simbiose entre o programa de esportes e as atividades desenvolvidas nas unidades esportivas, isso porque o posicionamento do gestor geral sobre as atividades caminha no mesmo sentido dos relatos feitos pelos gestores de unidade quando vemos a seguinte afirmação: “Em 2006 nós sentamos com uma equipe de profissionais e achamos por bem criar uma sistematização de aula que ela tá relacionada principalmente com os fundamentos das modalidades. Desde então a gente realiza workshops trimestrais para toda equipe da ACM de São Paulo”.

Percebe-se que existe a preocupação de, além de desenvolver um método de ensino do esporte dentro da instituição, existe um foco na formação do profissional

que irá aplicar as atividades e isso se torna fundamental, uma vez que, segundo Silva e Krug (2012), a formação acadêmica compreende apenas uma parcela da construção do profissional, pois essa construção transcende a etapa universitária. Esse posicionamento, então, deixa clara a necessidade de estar em constante aprimoramento para que possamos oferecer sempre um bom atendimento, fortalecendo o desenvolvimento dos alunos.

Outros dois aspectos levantados com o gestor geral dizem respeito ao perfil do associado que frequenta as atividades esportivas e a forma como o profissional que ingressa na ACM toma contato com esse perfil de público. Para esses questionamentos, obtivemos respectivamente as seguintes respostas: “É o perfil de uma pessoa não tão apta. ACM logicamente que trabalha na questão da inclusão e a gente acha espaço pra todo mundo, isso que é o grande lance, o grande diferencial da ACM”. “Não existe uma preparação para que ele comece a ministrar ou iniciar atividades com os associados, esse início fica por conta da gestão da unidade local.” Compreendemos que não existe um contato prévio dos professores com os alunos de características distintas, já que as pessoas que procuram os serviços esportivos oferecidos pela ACM apresentam origens e conhecimentos diferenciados sobre a modalidade escolhida e possivelmente apresentem em comum apenas o interesse pelo esporte. Nas declarações de outros gestores verificamos que os grupos assistidos em aula apresentam um perfil heterogêneo e repleto de situações desafiadoras, que, às vezes, merecem mediação de conflitos nos distintos níveis técnicos. Essas situações de conflito não são apresentadas ao professor, pois seu primeiro contato, na maioria das vezes é a aula propriamente dita. Quadros (2013) afirma que o conhecimento dos alunos, tanto em classes especiais como em classes regulares, deve ser considerado e as características da turma são fundamentais para que o professor possa planejar suas ações e para que não haja nenhuma situação desagradável com os alunos, sejam eles oriundos do processo inclusivo ou não. Essa afirmação feita pela autora tem como pano de fundo a escola, entretanto, quando tratamos do processo inclusivo, vemos que essa realidade transcende o universo escolar e se consolida em outros ambientes, como no ambiente esportivo, deixando clara a necessidade não só da capacitação profissional, mas, sobretudo, o contato prévio para conhecer a realidade local, com suas necessidades e características específicas, para não comprometer o trabalho e desenvolver as competências dos alunos.

Questionamos também a respeito das propostas da ACM para o esporte e sobre a existência de alguma proposta específica para a inclusão das pessoas com deficiência. Foi possível perceber que, em alguns momentos, o fato de oferecer oportunidades para a participação da pessoa com deficiência exige da instituição atividades específicas para esse grupo de pessoas, quando, na verdade, à medida que

oferecemos atividades com foco apenas para pessoas com deficiência, estamos reafirmando as condições de segregação e não viabilizando a inclusão. Confrontamos essa afirmação com o seguinte posicionamento: “Hoje não, nós não temos uma atividade que seja específica para um público que necessite de uma condição especial, relacionada à acessibilidade, a um grupo especial, hoje nós não temos atividades relacionadas à esse público”. O contexto inclusivo não busca oferecer atividades específicas para pessoas com deficiência, mas visa promover adaptações para que todos possam se desenvolver juntos, respeitando suas possibilidades e limitações.

Mesmo não evidenciando uma proposta para questões voltadas à participação das pessoas com deficiência no esporte também por meio da fala do gestor geral, vimos que existe uma preocupação com relação à recepção das pessoas com deficiência e a eliminação das barreiras que possam impedir o acesso dessas pessoas, como podemos verificar na fala que segue: “A primeira preocupação parte da estrutura física dos prédios, das instalações das unidades. Hoje a gente não tem em nenhuma unidade, falando da área esportiva, que a gente tenha uma atividade que contemple portadores de necessidades especiais”. De fato, Winnick (2004) aponta que um ambiente inclusivo para a prática de esportes deve ser utilizado de forma que sejam prontamente acessíveis para as pessoas com deficiência, entretanto, quando tratamos das barreiras que impedem o acesso devemos estar cientes de que vai muito além de promover adaptações e reestruturações físicas, pois devem ser levados em consideração todos os elementos discutidos até o momento, como capacitação profissional, preconceito, planejamento e avaliação, estratégia de ação, entre outros elementos.

Por fim, questionamos sobre o processo para que sejam realizadas mudanças em atividades já existentes e, para isso, é necessário que a ideia específica sobre a mudança seja levada até a equipe técnica responsável pelo esporte para que seja verificada a viabilidade da execução de tal proposta. Obtivemos que havendo o interesse e entendendo que é possível, a proposta é colocada em prática: “O profissional trás uma novidade que seja talvez interessante para a ACM de São Paulo [...] é levado em consideração e é levado a diante para essa divisão para ver a questão de viabilidade [...]”. Mais do que apenas colocar uma nova proposta e prática, faz-se necessário avaliar a necessidade de mudança e também os resultados obtidos que possam ser obtidos por ela. Avaliar, modificar e reavaliar devem ser ações constantes para o sucesso de um programa.

Análise da gestão nacional

A Federação Brasileira das Associações Cristã de Moços é o elo que une todos os movimentos Acemistas disseminados pelo Brasil. Assim, entendemos que

informações importantes poderiam ser encontradas por meio da entrevista com o gestor nacional.

Quando questionamos a relação entre a missão da ACM e a inclusão, vemos que existe certo alinhamento entre a ACM-SP e a Federação Brasileira, uma vez que o entendimento de inclusão passa pelo atendimento para todas as pessoas, independentemente de quais características inclusivas ela apresenta. “Qualquer tipo de inclusão se encaixa na nossa missão. Não excluir ninguém faz parte de nosso DNA.” Nota-se também que houve um acompanhamento histórico do processo inclusivo, pois, segundo o relato de gestor nacional, o termo inclusão da pessoa com deficiência não era utilizado no início das atividades da ACM; eram levados em consideração outros grupos considerados excluídos. Entretanto, ao longo do processo, a deficiência já se tornou uma realidade. “Antigamente quando a ACM estava no começo, não se falava “Não excluirá pessoas portadoras de deficiência”. Falava-se para não excluir por sua raça ou crença e numa leitura contemporânea é lógico que nós não podemos excluir ninguém, raça, crença, cor, partido político e também os portadores de deficiências especiais”. Ao contextualizarmos essas afirmações, vemos que na mesma medida em que houve o crescimento da instituição começaram a surgir discussões acerca do tema.

Em seguida questionamos a respeito do diálogo entre a federação brasileira das ACMs, ACM SP e os demais movimentos para saber se há realmente alguma ação ou conversa sobre as questões da inclusão dos planos para que isso realmente aconteça. Embora o movimento das ACMs seja independente, o vínculo estabelecido por meio da federação viabiliza o fortalecimento das atividades locais, pois, se existe algo em que uma ACM encontra em maior desenvolvimento, o modelo é compartilhado para outros locais a fim de promover uma melhora no atendimento e na prestação de serviços: “Na área da educação física, estamos começando a unificar grandes grupos, como a área de musculação, fitness, natação e desportos. Inquestionavelmente, vai chegar um momento quando isso de fato se cumpra e pretendemos que em 2014 alcance sua plenitude e tenhamos tudo isso sistematizado”. Mesmo com essa abertura e possibilidade de troca de informações, vemos que a inclusão ainda não foi uma questão abordada para a tentativa de firmar uma ação conjunta, mas essa possibilidade não é descartada em nenhum momento. “Não, ainda não se abriu nenhuma janela específica para portadores de necessidades especiais ou deficiência. Então, de fato, no momento não tem esse diálogo a nível nacional [...] Nós vamos começar a abrir janelas e a janela hoje sem dúvida, é a janela da pessoa portadora de necessidades especiais.”

Outro ponto de análise foi em relação às dificuldades que são enxergadas pela ACM em âmbito nacional para que tenhamos um processo inclusivo de sucesso.

A resposta obtida transita por três pontos específicos e que comumente aparecem quando tratamos de inclusão. Foram apontados a falta de preparo da sociedade para receber as pessoas com deficiência, a formação profissional, sobretudo no contexto da formação inicial do profissional de educação física e também da participação familiar no processo inclusivo. “Não me atrevera falar em que grau de força essa barreira tem, mas uma delas vem da sociedade que não está preparada para o processo de inclusão [...] As nossas universidades não preparam os nossos professores para trabalhar com essa necessidade. Nossos recursos humanos não estão preparados para isso [...] A maior barreira era, justamente, as famílias entenderem que as pessoas podem estar juntas, fazendo atividade”. Sikora (2013) afirma que a família desempenha um papel importantíssimo na educação de seus filhos, pois é com ela que as crianças absorvem os valores de convívio social. Desse modo, nos parece interessante essa relação, pois a partir do momento em que o convívio social estabelece boas relações e práticas, alcança uma fatia das necessidades de transformação para o processo inclusivo, favorecendo as transformações sociais e fortalecendo as boas práticas de convivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que, para a busca de um melhor atendimento às pessoas com deficiência, a instituição carece de uma melhora da capacitação profissional, o que poderia proporcionar e incentivar seus educadores na busca de uma formação contínua que fortalecesse não só o conhecimento técnico do esporte, mas a compreensão e identificação das necessidades das pessoas com deficiência a fim de oferecer garantia de atendimento. A participação em eventos científicos e cursos de formação continuada, como cursos de pós-graduação ou cursos de curta e média duração são grandes aliados no processo de obtenção de subsídios e aportes para o desenvolvimento de uma prática inclusiva.

Faz-se necessário o investimento em uma reestruturação física das unidades esportivas para que as condições de acessibilidade sejam oferecidas a todas as pessoas, independentemente de apresentar condições de deficiência ou não, de modo que a acessibilidade dos ambientes esportivos não seja um elemento que dificulte o processo inclusivo.

Por fim, o processo avaliativo deve ser constante para assegurar que as propostas do programa de esporte sejam atingidas na prática, fazendo com que os objetivos e a essência da instituição, que busca a unidade entre as pessoas, seja refletida no esporte, proporcionando oportunidades iguais para todos os seus associados. Desse modo, entendemos que se faz necessário a continuidade dos estudos para verificarmos a evolução desse processo.

INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN SPORT EDUCATION: A CASE STUDY OF THE YOUNG MEN'S CHRISTIAN ASSOCIATION SÃO PAULO

Abstract: The purpose of this study is to examine the assumptions embedded in the inclusive educational sports program at the Young Men's Christian Association São Paulo and check the structure of the program with regard to access to educational sports for people with disabilities. The search data was obtained through document analysis and semi-structured interviews with 14 managers of units, manager of sports and national authorizing the imposition of 12 units of sports attendance of the YMCA São Paulo. The results point to a need for a comprehensive look at the institution, with improvements in facilities with reduction of architectural barriers, improvement of professional training, deployment of constant evaluations that supports and sustain affirmative action focusing on the inclusion of people with disabilities in sport, since they cater to everyone is the genesis of the institution.

Keywords: inclusion; sports management; sports programs.

REFERÊNCIAS

- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2014.
- ARANHA, M. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. **Educação Especial: temas atuais**. 1. ed. Marília. Unesp: Marília-Publicações, 2000. p. 1-10.
- ARAUJO, P. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. 1997. Tese (Doutorado em Educação Física)—Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.
- BRUMER, A.; PAVEI, K.; MOCEUN, D. Saindo da “escuridão”: Perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política de portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Revista Sociológicas**, v. 6, n. 11, 2004.
- CARREIRO, E.; RANGEL, I.; DARIDO, S. **Educação Física no Ensino Superior: Gestão da Educação Física e Esporte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- CORDEIRO, T. Ambiente e acessibilidade para pessoas com deficiência no desenvolvimento de atividades esportivas: Um estudo de casos. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA. **Anais...** Lajeado, 2010.

CIDADE, R. A Construção social da deficiência e do deficiente: Uma breve incursão. In: RODRIGUES, D. **Atividade motora adaptada**. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

COSTA, A.; WINCKLER, C. A Educação Física e o Esporte Paralímpico. In: MELLO, M.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. Direitos humanos e justiça. **Revista SUR – Revista Internacional dos Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009.

DUARTE, E.; SANTOS, T. Adaptação e inclusão. In: DUARTE, E.; LIMA, S. **Atividade física para pessoas com necessidades especiais**. Experiências e Intervenções Pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FERREIRA, M.; PRADO, S.; CADAVIECO, J. Educação inclusiva: o professor como epicentro do processo de inclusão. **Revista Nacional e Internacional de Educação Inclusiva**, v. 8, n. 1, p. 1-13, 2015.

FRANÇA, I.; PAGLIUCA, L. Inclusão social da pessoa com deficiência: conquistas, desafios e implicações para a enfermagem. **Revista Escola Enfermagem USP**, v. 43, n. 1, 2009.

GORGATTI, M.; GORGATTI, T. **O esporte para pessoas com deficiência**. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. 2. ed. São Paulo: Manole, 2008.

LIMA, G. **As contribuições da educação física para o processo de inclusão escolar**. 2011. 61 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar)–Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2011.

MACIEL, M. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 12, p. 51-56, 2000.

MANTOAN, M. **A inclusão escolar de deficientes mentais**: contribuições para o debate. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MELO, C.; NETO, M.; MARANHÃO, T.; SOUZA, F. Os desafios da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Um estudo multicase no segmento atacadista alimentício na cidade de Barbalha-CE. **Id on Line Multidisciplinary and Psychology Journal**, v. 11, n. 37, p. 572-598, 2017.

MOREIRA, I. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Revista Inclusão Social**, v. 1, n. 2, 2006.

NEIRA, M. Programas de educação pelo esporte: qual formação está em jogo? **Movimento & Percepção**, v. 10, n. 14, p.59-66, 2009.

OMOTE, S. Inclusão e a questão das diferenças na educação. **Perspectiva**, v. 24, n. Especial, p. 251-272, 2006.

OLIVEIRA, A.; RODRIGUES, G. Intervenção profissional na inclusão de crianças com deficiências no ensino regular: um estudo piloto. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, n. 5 (Especial), 2006.

OLIVEIRA, B. Desporto para todos em Portugal. In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA. Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2010.

PACHECO, K. M. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: Uma mudança de paradigma. **Revista Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 14, n. 4, 2007. Disponível em: <http://www.actafisiatrica.org.br/detalhe_artigo.asp?id=184>. Acesso em: 5 abr. 2013.

PAES, R.; BALBINO, H. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JUNIOR, D. **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2009. p. 75-100.

PEDRINELLI, V.; NABEIRO, M. A prática do esporte pela pessoa com deficiência na perspectiva da inclusão. In: MELLO, M.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

QUADROS, R. As aulas de Educação Física na classe especial na abordagem psicomotora. **Motrivivência**, n. 40, p. 41-50, 2013.

QUINTÃO, D. Algumas reflexões sobre a pessoa com deficiência e sua relação social. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 28, 2005.

REIS, M.; EUFRASIO, D.; BAZON, F. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, p. 111-130, 2010.

RESENDE, A. **Igualdade e não discriminação**. A convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008, p. 37.

RODRIGUES, D. Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, v. 4, n. 2, 2008.

RODRIGUES, G.; FREITAS, D. Saber do que sabe a pessoa com deficiência: Reflexões sobre a família e a escola na prática pedagógica. In: CHICON, J.; RODRIGUES, G. (Org.). **Práticas pedagógicas e pesquisa em educação física escolar inclusiva**. 1. ed. Vitória: EDUFES, v. 1, p. 109-127, 2012.

ROSSETTO, E. Processo de inclusão: Um grande desafio para o Século XXI. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 3, n. 1, 2004.

SANCHES, S.; RUBIO, K. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 825-842, 2011.

SANTOS, A.; OLIVEIRA, V. A família como elemento para a inclusão social do deficiente. **Ideias & Inovação**, v. 2, n. 2, p. 47-58, 2015.

SIKORA, D. Algumas considerações sobre a deficiência e o papel da família e da escola. **Revista Analecta**, Guarapuava, v. 11, n. 2, p. 23-39, 2013. Disponível em: <<http://200.201.10.18/index.php/analecta/article/view/2715/36>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

SILVA, A.; KRUG, H. As trajetórias formativas de acadêmicos de educação física do Curso de licenciatura da UFSM: contribuições na constituição do ser professor. **Atos de pesquisa em educação**, v. 7, n. 4, p. 1026-1052, 2012.

SILVA, E.; RODRIGUES, G. O acesso ao esporte para crianças e adolescentes com deficiência: da acessibilidade aos programas públicos. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Salvador, 2009. **Anais...** Salvador, 2009.

SILVA, A.; MARQUES, R.; PENA, L.; BORGES, S.; CAMPOS, L.; ARAÚJO, P.; BORDIN, J.; GORLA, J. Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, n. 4, v. 27, p. 519-707, 2013.

SILVA, F. Projetos sociais em discussão na psicologia do esporte. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2007.

SOUZA, C.; MARTINS, M. Amálgama entre o professor inclusivo e o universo da educação física. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 46, p. 277-292, 2013.

STELMACHUK, A.; MAZZOTTA, M. A atuação de profissionais da educação na inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 43, p. 185-202, 2012.

THOMAS, J. R. S.; NELSON, J. K. Pesquisa qualitativa. In: **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 322-335.

TEJERO, J.; CALVO, C.; VILA, G.; LOPES, F. Diseño y aplicación de un programa de intervención de práctica deportiva inclusiva y su efecto sobre la actitud hacia la discapacidad: El Campus inclusivo de Baloncesto. RICYDE. **Revista Internacional de Ciencias del Deporte**, v. 29, n. 8, p. 258-271, 2012.

VIANNA, J.; LOVISOLO, H. Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre avaliação. **Revista Movimento**, v. 15, n. 3, p.145-162, 2009.

WINNICK, J. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri: Manole, 2004.

WORTHEN, B.; SANDERS, J.; FITZPATRICK J. **Avaliação de programas concepções e prática**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.

YMC. Young Men's Christian Association. Base de Paris. Paris, 1855.

YMC. Young Men's Christian Association. Declaração de Kampala. Uganda, 1973.

YMC. Young Men's Christian Association. Desafio 21. Frenchen, 1998.

Contato

Danilo Peruchi de Freitas
E-mail: dan.peruchi@hotmail.com

Tramitação

Recebido em 5 de dezembro de 2016
Aceito em 7 de julho de 2017